

A REAL PRÁTICA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NA CAMPANHA E CENTRO RIO-GRANDENSE DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

THE REAL REPRESENTATIVE DEMOCRACY PRACTICE IN CAMPAIGN AND CENTER RIO GRANDENSE DURING THE FIRST REPUBLIC

Jéssica Pacheco Groders*

Resumo: Entender o processo republicano que foi estabelecido no Rio Grande do Sul a partir de 1895 requer compreender um imbricado processo de dominação e articulação política entre os coronéis regionais, os eleitores e o executivo estadual, representados por suas figuras máximas: Júlio Prates de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros. A partir da compreensão de tais ligações fica nítido o poder que os coronéis governistas tinham ao sustentarem a prática eleitoral por meio da coerção e cooptação de votos das mais variadas maneiras e nos mais variados contextos. Tais práticas são ancoradas na visível necessidade de legitimação do governo republicano dentro do reduto maragato da fronteira, bem como no atendimento das necessidades dos imigrantes que se estabeleciam nas colônias da região central do estado. A partir da análise de cartas enviadas ao governo Borges de Medeiros, no início do século XX, faz-se a análise de como o governo estadual se posicionava diante dos mais variados cenários políticos, principalmente nas regiões da Campanha e Central do estado, a fim de administrar o processo eleitoral que o legitimava no poder.

Palavras-chave: Coerção política; Processo eleitoral; Voto.

Abstract: Understand the republic process that was established in Rio Grande do Sul from 1895 requires comprise an interwoven process of domination and political articulation between regional colonels, voters and the state executive, represented by its maximum figures: Júlio Prates de Castilhos and Antônio Augusto Borges de Medeiros. From the understanding of such links is clear the power that the pro-government colonels had to sustain the electoral practice through coercion and cooptation votes of the various ways and in various contexts. Such practices are realized in need of republican government legitimacy in maragato stronghold of the border, as well in attending the needs of immigrants who established colonies in the central region. From the analysis of letters sent to the government Borges de Medeiros, in beggining of XX century, it is the analysis of how the state government was positioned in front of various political scenarios, mainly on the regions of the Campaign and Central of the state, to administer the electoral process that legitimized Borges in power.

Key words: Electoral process; Political coercion; Vote.

Introdução

*Graduada em História pela UPF e em Sociologia pela UFSM. Mestranda em História no PPGH/UPF, sob orientação do professor Dr. Adelar Heinsfeld. Trabalhando na linha de pesquisa Política e Relações de Poder com o governo Borges de Medeiros; E-mail: jessicagroders@gmail.com.

Um dos preceitos da organização política republicana é a existência de um Estado que se preocupe em atender aos interesses dos cidadãos. E em uma república democrática, são os próprios cidadãos que decidem quem irá compor o governo que atenderá seus interesses. A instituição republicana no Brasil deu-se com o golpe de 15 de novembro de 1889 e o estado do Rio Grande do Sul entrou pela porta na frente nessa que foi a maior mudança política que o país havia sofrido até então.

Com a organização do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o Rio Grande do Sul passou a compor o novo cenário político nacional com figuras como Júlio Prates de Castilhos (líder partidário, primeiro Secretário do Interior e Exterior pós-república e chefe do governo estadual) e Antônio Augusto Borges de Medeiros (chefe de polícia estadual, nomeado por Júlio de Castilhos, e presidente do estado de 1898 a 1908, tendo retornado em 1913 até 1928).

O presente artigo tem como objetivo entender como se dava o processo eleitoral rio-grandense, sob gerência do PRR, principalmente nas regiões da Campanha e Central do Rio Grande do Sul, durante o período republicano, através da compreensão da importância do voto, tanto por parte dos eleitores, que o utilizavam como objeto de barganha, quanto por parte dos coronéis, que precisavam dos votos para manutenção de seu prestígio junto ao governo castilhista-borgista.

A primeira parte do artigo, intitulada “O voto desacreditado” trabalha com as percepções, principalmente castilhistas que, se valendo da teoria positivista, comunicava sua descrença em relação ao processo eleitoral. Na sequência, sob o título “Organização partidária no processo eleitoral”, discute-se como o PRR, nas figuras de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, encontrou e consolidou elementos para justificar sua permanência no poder executivo estadual através do processo eleitoral.

Na parte “O voto e as articulações políticas” apresenta-se a rede de compromissos estabelecida pelo governo estadual do Partido Republicano e encerra-se a discussão com a parte intitulada “Atendendo às demandas locais: a pressão da dissidência”, que fala sobre o jogo estabelecido com o governo, por parte dos eleitores e dos coronéis correligionários.

O voto desacreditado

De acordo com a orientação positivista de Júlio de Castilhos, o político deixava claro não acreditar no processo eleitoral em si, e pretendeu vestir no Rio Grande do Sul o manto de um governo de administradores qualificados, tanto técnica e cientificamente, quanto moralmente, enquanto a oposição buscou trajar o regime de déspotas ditadores (ESCOBAR, 1922).

A discussão acerca da importância do voto e da eleição, dentro da dinâmica política do sistema coronelista no Rio Grande do Sul, é importante já que o mesmo era utilizado para consolidar e legitimar a escolha dos cidadãos, mas de fato pode-se observar que a organização do processo eleitoral, consolidada sobre a ótica da disciplinarização do eleitorado, contribuiu para o PRR se concretizar nas bases de seu próprio programa partidário. Lembrando que o modelo de organização do PRR se dava através da formação de clubes republicanos nas cidades do interior, a realização de congressos para discussões teóricas e o uso doutrinário da imprensa, com o jornal *A Federação*. Criando-se assim uma estrutura partidária hierarquizada e disciplinada (LOVE, 1971, p. 139).

Segundo Castilhos expressou no próprio *A Federação*, os Estados que seguem os mecanismos eleitorais da representatividade liberal, acabam por constituir a composição de seu governo com indivíduos sem os necessários conhecimentos da ciência política, fundamentais para o exercício de suas funções, principalmente no âmbito do ideal positivista, tão defendido por ele.

Em editorial do dia 27 de maio de 1884 do jornal *A Federação*, Castilhos explicita sua concepção acerca do processo eleitoral. Escrevendo que

A organização dos governos n'este paiz constitúe um dos traços característicos do regimento actual, e importa ao mesmo tempo o desconhecimento dos salutaes preceitos da sciencia politica.

Nos paizes que seguem um desenvolvimento normal, em que a opinião exerce o seu influxo natural, em que os partidos que fornecem o pessoal dirigente, vivem d'esse influxo, - os governos não se organisam arbitrariamente, sem atender á competência provada dos seus membros.

Nos paizes em taes condições, os homens que fazem parte do governo são precisamente aquelles que têm atraz de si um passado que demonstra de uma maneira ou de outra a sua competencia, aquelles que merecem a confiança publica por seus trabalhos, aquelles que estudam as aspirações do paiz, indicam os meios de eliminar gradualmente os obstáculos á sua realisação. (A FEDERAÇÃO, 27 de maio de 1884).

Defendendo, assim, a necessidade da competência comprovada do governante para ocupar algum cargo de governo. Entendendo que a estruturação de um Estado deve se basear no governo de administradores qualificados, tanto técnica e cientificamente, quanto moralmente, dentro de uma composição política baseada no unipartidarismo e no mando unipessoal de um chefe possuidor da sùmula das aspirações sociais.

Por isso mesmo, as funcções governativas não são destribuidas sem criterio e sem exame da aptidão especial dos homens chamados ao governo. Cada ramo do serviço publico, exigindo competencia especial, é confiado áquelles que têm por si a prova de possuirem essa especialidade. (A FEDERAÇÃO, 27 de maio de 1884)

Em seguida segue a crítica à forma como o governo se organizava no Brasil.

N'este paiz, porém, as cousas se passam de modo inteiramente oposto. Com os partidos políticos, dos quaes são extrahidos os directores, não vivem aqui do influxo da opinião, como a politica entre nós se acha de todo adulterada e convertida em guerra de interesses partidarios, os governos se organisam, sem que na organização actúe esse influxo ou sejam attendidos os principios politicos. De ordinário, os homens que fazem parte do governo não são aquelles que mais aptos se têm revelado, aquelles que dispõem de maior tirocinio administrativo e que mais perto acompanham as mutações do espirito publico. (A FEDERAÇÃO, 27 de maio de 1884)

Desta forma, o estado castilhistaborgista, após ascender efetivamente ao poder com o fim da Revolução Federalista (1893-1895), usou do processo eleitoral para encontrar sua legitimidade política, abolindo a possibilidade de uma ação revolucionária para a instalação e efetivação da república. Para o partido em questão, as eleições se tornaram “armas de manipulação” à consolidação da legitimidade, manutenção da estabilidade e busca do continuísmo político.

A partir da análise deste tema, busca-se compreender o peso do voto para os governos, tanto de Júlio de Castilhos, quanto de Borges de Medeiros, quais foram os fatores que

possibilitavam e justificavam as ações promovidas pelos coronéis e seus correligionários as vésperas do rito eleitoral, bem como durante e após o mesmo.

A fim de atingir uma maior abrangência na análise proposta, observam-se cartas dos municípios de Bagé, Cachoeira do Sul, Canguçu e Santa Maria (municípios da Campanha e região Central do estado), enviadas ao governo do estado por coronéis municipais (no cargo de interventores municipais e chefes de polícia) ao Presidente do Estado, disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, relacionadas com o discurso oficial do PRR sobre o voto, a eleição, o partido político, o republicanismo e a dinâmica política, delineado e difundido pelo seu órgão de comunicação impressa, o jornal *A Federação*, disponibilizado integralmente, de forma digital, no site da Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira.

Organização partidária no processo eleitoral

Durante o período da Primeira República brasileira, da proclamação em 1889 ao golpe decorrente da Revolução de 1930, a política no Rio Grande do Sul foi conduzida de forma hegemônica pelo Partido Republicano Rio-grandense (principalmente após a Revolução Federalista – 1893-1895), sendo que muitas de suas lideranças eternizaram-se tanto a frente da Presidência do Estado, quanto nas chefias de várias Intendências Municipais. A mesma situação pode ser percebida quando analisadas as ocupações dos cargos públicos, onde correligionários do PRR dominaram postos no âmbito do judiciário, da educação, da polícia e do tesouro, por exemplo.

Na esfera da legitimidade, este contexto era explicado, e mesmo justificado, por meio de um discurso que buscava na inspiração positivista consolidar no Rio Grande do Sul um modelo de política democrática estabelecido na subordinação inteligente dos indivíduos compositores da sociedade, a um Estado burocrático administrado de forma hierarquizada por uma ditadura de cunho científico.

Julio de Castilhos, o grande homem de Estado, soube compreender o momento historico que o seu paiz atravessava e a sua missão evangelizadora em prol dos ideaes democraticos, por isso imprimio um cunho duradouro a uma aggremação partidaria onde se escudassem os principios doutrinarios que prega, para que tivessem exacto cumprimento na pratica, o que a

sciencia antes já proclamará como logico e positivo. (A FEDERAÇÃO, 1 de janeiro de 1913)

O ideal positivista defendido por Júlio de Castilhos teve sua firmação com a aprovação, em 14 de julho de 1891, da Constituição sul-rio-grandense. A criação dessa Constituição foi decorrente da aprovação da Constituição Federal, em 24 de janeiro do mesmo ano. Que, para sua elaboração sob inspeção de Rui Barbosa, contou com a participação de 21 membros provinciais escolhidos por processo eleitoral e o representante da província rio-grandense foi o próprio Júlio de Castilhos.

A escolha de Castilhos para representar a província na Assembleia Constituinte Nacional deveu-se ao fato do PRR ter elegido a totalidade da bancada gaúcha por dois fatores principais: o controle do processo eleitoral em si e a abstenção dos liberais (que era a oposição ao PRR naquele momento).

Então, a recém aprovada Constituição Federal de 1891 acarretou em uma nova forma de organizar a política interna brasileira, forma esta em que a existência de um governo central não impedia que fossem divididas as responsabilidades e competências entre ele e os Estados-membros, ou seja, o *federalismo*. Como cita Pezat (2007, p. 44), “graças ao federalismo acentuado presente em seu texto, um grau de autonomia relativamente amplo foi concedido às unidades confederadas”, permitindo que os republicanos gaúchos decidissem os rumos do Rio Grande.

Entretanto, como apontado anteriormente, apesar da aparência democrática, o regime político idealizado e materializado por Júlio Castilhos e Borges de Medeiros rejeitava a participação política popular e a representatividade promovida pelos pleitos como modo de construção do campo político rio-grandense. Mas é importante ressaltar que o descrédito com o sistema representativo não se apresentava como uma particularidade da política das elites do Rio Grande do Sul, mas como uma cultura política das elites governantes nacionais durante todo o período da dita República Velha.

Visto que em grande parte as elites da Primeira República viam a prática política como um exercício de governo voluntário por indivíduos de comprovada competência (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1995, p. 306), o que, de certa forma, auxilia na compreensão da praticamente inexistente transmissão de poder no período em questão. Bem como nos constantes convênios e pactos entre elites, na tênue linha entre o público e o privado e, por

fim, na realidade da ínfima representatividade de partidos políticos e dos processos eleitorais (PAIM, 1998, p.150-151).

No Rio Grande do Sul, estes fatores, aliados com uma fundamentação ideológica positivista, desencadearam um contexto exacerbado, que beirava a defesa aberta de um modelo de estado autoritário. Ressaltando aqui que o positivismo aplicado por Castilhos e Medeiros não pode ser completamente identificado ao positivismo pregado pela igreja positivista. Visto que Comte entendia a Assembleia como um importante órgão do governo, e tanto Castilhos, quanto Medeiros estruturaram um parlamento vazio de suas competências legislativas, composto por marionetes políticas eleitas por uma estrutura fraudulenta. Assim, o estado castilhista-borgista, após se enraizar no poder, com o fim da Revolução Federalista (1895), pretendeu vestir o manto de um governo de administradores qualificados, tanto técnica e cientificamente, quanto moralmente, enquanto a oposição buscou trajar o regime de déspotas ditadores (ESCOBAR, 1922).

Visto que as próprias disputas eleitorais eram vistas como maléficas à manutenção da ordem positivista proposta por Castilhos, na sustentação política de tal posicionamento partidário o líder unânime do PRR defendia a ação de um estado forte (lê-se unipartidário) (FRANCO, 1988) com funcionários qualificados. Já que Castilhos considerava que a maior parte dos políticos selecionados por meio do sufrágio, não eram realmente aptos a ocuparem os cargos para os quais haviam sido escolhidos. Ficando claro tal pensamento nas páginas d'*A Federação*.

Por isso mesmo, as funções governativas não são distribuídas sem critério e sem exame da aptidão especial dos homens chamados ao governo. Cada ramo do serviço publico, exigindo competência especial, é confiado áquelles que tem por si a prova de possuírem essa especialidade. (A FEDERAÇÃO, 27 de maio de 1884)

As decisões do governo, por decifrarem a síntese da vontade social, deveriam fazer sustentadas e correspondidas por um partido fortalecido, hierarquizado e homogêneo. Assim, o Presidente do Estado, entendido como detentor da síntese dos anseios da coletividade, intérprete da vontade social, árbitro dos conflitos e materializador dos avanços econômicos e intelectuais da sociedade, não deveria, a cada deliberação, consultar suas bases partidárias, pois suas decisões estariam amparadas em seus atributos morais e científicos e seriam naturalmente amparadas pelo partido. Mantendo-se o líder, diante de tal organização, acima

de qualquer tipo de disputas políticas, partidárias e eleitorais (AXT, 2001, p.178-179). Tal ideia aparece clara nas páginas d'A *Federação*, já no ano de 1913, visto da eleição de Borges de Medeiros à Presidência Estadual.

Si é verdade o que nos pedisse o incomparavel genio Montpelier que o verdadeiro estadista é a personificação maxima de operativas ideaes residentes na massa do povo e que elle apparece, em dado instante, como a expressão defensiva delles, certamente Borges de Medeiros estadista e sem falha mesmo da visão do futuro, que do estadista pelo poder maravilhoso da previsão, um propheta como exige outro alcandorado escriptor, para a integração daquella especie bizarra de homens publicos. (A FEDERAÇÃO, 08 de Fevereiro de 1913)

Em tal forma de fazer político o unipartidarismo, materializado no PRR, passava a ser a construção partidária possível e aceitável. Estando este partido identificado com o republicanismo, com o progresso e com os anseios sociais. Em tal contexto, a oposição aparecia consolidada no antirrepublicanismo, decorrente de manipulação, do duvidoso, do conflito, da subversão, da divisão, da anarquia, da estagnação, do atraso, etc. Fatores estes que se manifestavam nas eleições, ou era-se republicano dentro do partido, ou antirrepublicano em situação de oposição, ou mesmo de neutralidade partidária, posições de “inimigos da república” (AXT, 2001, p. 180-183).

Fique sabendo que no Rio Grande do Sul que não há democratas nem federalistas na opposição, mas uma fusão de elementos heterogeneos, sem lei e sem grei, que não trepidam em commeter toda a sorte de baixezas, quando conseguem qualquer porção de poder. A opposição faz constar que se abstem das urnas por falta de garantias, mas é a primeira a dar o exemplo do desrespeito aos direitos. (A FEDERAÇÃO, 10 de janeiro de 1913)

Contrário ao processo eleitoral e à participação direta dos cidadãos nas eleições, o governo castilhistaborgista buscava, então, a edificação de um partido fundamentado na unidade dos elementos internos e na unanimidade da aceitação externa. Não havia espaço para a fragmentação nem a participação política fora da unanimidade do partido republicano. Esta unidade partidária, propensa a uma política totalitária, revelava sua face por meio do governante, inquestionável e onipotente, sustentado pelas suas qualidades técnicas e morais, aproximando-o do general no espírito da guerra.

A ordem perturbada no Estado e Borges de Medeiros não teve dúvida em deixar a toda do magistrado pela farda do soldado, para ir defender no campo da luta a construção republicana.

É esse o homem que volve á presidencia do Estado, eleito por uma votação brilhante que define seu restigio irrecusavel e deve communicar ao seu governo uma força moral de grande valia. (A FEDERAÇÃO, 25 de janeiro de 1913).

Fica visível que, mesmo não crendo no processo eleitoral como real decisor do que realmente se fazia necessário ao Rio Grande do Sul, os líderes republicanos usavam-se, clara e amplamente, dos resultados de tal processo para legitimar o poder do líder estadual. Mesmo que tal escolha tivesse sido feita por aqueles que, dentro da lógica castilhista, não eram aptos a escolher, no caso, os cidadãos.

Porém, mesmo pintando uma tela de calma, ordem e controle à rédea curta por parte do governo estadual, a realidade que se apresentava no Rio Grande do Sul, durante o período republicano era prolixa, visto que a oposição procurava cercar os espaços conquistados e mantidos pelo PRR em todo estado, a todo custo.

O voto e as articulações políticas

Observa-se que o sistema político, durante o período da República Velha no Rio Grande do Sul, funcionava a partir de uma rede de compromissos que entrelaçava os desejos de um Presidente do Estado, e chefe do partido, que ambicionava uma política centralizada e autoritária, com os poderes locais coronelistas. Ou seja, ocorria a justaposição da oposição, a fim de possibilitar maior autoridade e autonomia em ambas as esferas de ação: estadual e municipal.

Nota-se ser importante salientar que embora a rede de compromissos estabelecida entre estes atores políticos ferisse a autonomia de ambos, em contraponto, permitia e justificava não apenas a existência, mas a eternização destes frente as suas esferas de poder.

Tratando-se exclusivamente do PRR, havia uma constante tensão no interior do partido entre a figura unipessoal do Presidente do Estado e chefe do partido (que confluía-se na mesma pessoa com Castilhos e depois Borges) e as demais figuras componentes do partido. Tal tensão ficou clara tanto no processo eleitoral de 1907, com o conseqüente retorno de Borges à presidência estadual, quanto em 1923, quando diversas lideranças do PRR

projetaram-se politicamente após a crise de legitimidade do governo borgista, proveniente do fracasso da Reação Republicana de 1922 e das imposições da Revolução Assisista.

Não obstante estes fatores, a estabilidade, legitimidade e o continuísmo, além da própria governabilidade do Estado dependiam também da eficácia e do alcance da rede de compromissos em atender às necessidades e imposições específicas de frações de classes ascendentes ao poder. Tal questão fica explicitada no caso da classe média urbana, que buscava cargos da burocracia pública; na atenção aos interesses econômicos da classe comercial e financeira da região litorânea, em especial, na estreita faixa urbana que compreendia entre Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande; a atenção aos anseios e imposições dos imigrantes e seus descendentes no processo de imigração e colonização (AXT, 2001, p. 183-186).

Desta forma, o rito eleitoral encontrava seu espaço e justificava sua existência através de importantes fatores concretos e simbólicos, fundamentais tanto para a compreensão da dinâmica das relações de poder do período borgista, quanto para compreender a existência e a perpetuação frente à política dos coronéis nas intendências dos municípios gerados na região de colonização italiana e, também, o próprio Borges de Medeiros frente à Presidência do Estado.

No contexto da eleição para Presidente do Estado de 1907, as palavras contidas na *Federação* dos dias 22 e 23 de novembro do corrente ano, são ilustrativas da necessidade de afirmação do PRR, bem como de seu líder, em um contexto tão diverso, fazendo-se uso, para tal, da legitimação fornecida pelo rito eleitoral.

Por isso mesmo o Rio Grande do Sul oferecerá mais um documento brilhantíssimo de sua cultura cívica, do rigoroso regime da máxima liberdade política, sem entraves de qualquer natureza, apresentando as urnas a massa eleitoral consciente da livre escolha a realizar. (A FEDERAÇÃO, 23 de novembro de 1907)

[...] oferecerá, no pleito a realizar-se, mais uma prova authentica de que a verdade dos suffragios populares, o livre exercício de voto, a plena liberdade de opinião existam aqui, no Rio Grande do Sul republicano, sem recearem cotejo com o que de mais aprimorado possa haver nos centros da máxima civilização hojierna, mais sim podendo oferecer o typo mais completo de liberdade política e respectivas garantias em tudo quanto humanamente essa liberdade pode ser reduzida a pratica na sociedade. (A FEDERAÇÃO, 22 de novembro de 1907)

Compreende-se que tanto os discursos, quanto os pleitos, buscavam envolver sobre o manto da legitimidade democrática e republicana o governo calcado na ideologia autoritária, marcado pelos aspectos da *cooptação* e *coerção* exercida através de intrínsecas redes de compromissos, cuja tônica assentava-se sobre o continuísmo e a eternização do poder nas figuras-chaves ligadas à política do PRR.

Si a democracia basea-se na livre opinião d'aquelles que os regimens eleitoraes habilitam para os suffragios dos queas emanam os organs políticos governamentais, em parte alguma do mundo a democracia tem se realizado e se realisa tão perfeitamente como no Rio Grande do Sul, desde a instituição d'este em Estado autônomo. (A FEDERAÇÃO, 22 de novembro de 1907)

Toda essa constante reafirmação de que o governo e os cargos no estado eram escolhidos e ocupados de forma legítima, também se fazia necessária diante da presença de uma oposição que apesar de derrotada pelas armas da Revolução Federalista, encontrava-se ainda em concreta posição de oposição aberta e declarada. Já que ainda conservava muito de suas forças econômicas e também influência política, construída décadas anteriores, em seus municípios e regiões de atuação.

Mesmo após 1895 e o estabelecimento e solidificação de Júlio de Castilhos, seguido por Borges de Medeiros, na direção do PRR e na Presidência do Estado, a oposição federalista mantinha um sopro de vida perigoso e ameaçador à hegemonia do projeto borgista. Tal questão aparece clara e notória em carta enviada de São Paulo a Borges de Medeiros, no ano de 1900, por Ângelo Pinheiro Machado.

O maragatismo compêa desassombrado na governancia desta terra. Governo, imprensa officiosa, (rasurado), todos num concerto admirável, inventam, injuriam, calunniam-nos miseravelmente. Si o peão desprevenido cae do seu animal nas corridas pelas coxilhas da fronteira, no dia immediato, em títulos escandalosamente grandes e negros, annunciam: mais uma vitima do punhal castilhista. Em tal parte, o famigerado João Francisco, miserável preposto dos Medeiros e Castilhos etc.

Ora, isto é todos os dias; nos jornais da manhã e da tarde vem uma dessas infâmias. Os patricios q para aqui tem vindo ultimamente são em sua maioria maragatos. Elles mesmo dão asas a essas infâmias. O governo, não sei a razão, nosso inimigo rancoroso, não perde ocasião de nos ferir. (IHGRGS, MACHADO, 28 de janeiro de 1900)

O autoritarismo e centralismo político, tal como empregado pelo modelo castilhista-borgista, fugia à regra positivista, e esse feitio “inovador”, por assim dizer, de fazer política

não passava de forma despercebida pela oposição, concretizada e concentrada no Partido Liberal (PL). Que tecia constantes críticas à política castilhista-borgista.

Tais críticas aparecem em carta enviada para Borges de Medeiros de Campinas, em 23 de dezembro de 1918, por Abílio Álvaro Miller. Na qual o autor traz críticas feitas ao próprio Borges pelo jornal *Platea*, referindo-se ao chefe estadual como o “Papa Verde”, em alusão tanto ao seu governo unipessoal e em tentativas de tornar-se vitalício, quanto à influência positivista comtiana.

A imprensa, paga pelo governo de S. Paulo, levou por muito tempo a atacar o Sul; e, agora mesmo, a *Platea* lá vem, de quando em quando, numas noras politicas a atirar piadas, indirectas e directas ao Sul, aos seus deputados e a V. Excellencia que os escribas officiaes e officiosos chamam, por vezes, de Papa Verde em estulta allusão ao Positivismo de Comte. (IHGRGS, MILLER, 23 de dezembro de 1918)

Claramente se percebe que a maquinação feita nas eleições por parte do PRR, servia também para mascarar a intensa oposição, solidificada no PL, que aparecia em campanhas de desestabilização direcionadas ao PRR, inclusive fora dos limites territoriais sul-riograndenses, como apresentadas pela documentação citada. Cabendo ao partido, a fim de se manter no poder, se amparar na legitimidade provinda do rito eleitoral. Além disso, as eleições eram importantes ferramentas para a manutenção e sustentação da rede de compromissos implementada pelo PRR e por seus próceres na busca da eternização política.

A ação eleitoral delineava-se como produto de uma soma de variáveis legais e extralegais, que envolviam deste o Presidente do Estado e chefe do PRR, até o eleitorado municipal, envolvendo intendentes e poderes coronelistas locais, conselheiros municipais, autoridades policiais, correligionários e capangas, cabos eleitorais, magistrados de distrito e comarca, autoridades eclesiásticas, nas três esferas de poder ligadas direta, ou indiretamente, às redes de compromissos coronelistas intensamente mobilizadas neste momento particular (AXT, 2001, p. 185-189). Em carta de Isidoro Neves da Fontoura fica evidente a manipulação eleitoral.

Dizem elles, que depois do adiamento da eleição, descobriram ter sido expedido um grande numero de títulos a cidadãos de Caçapava e outros municípios, que não se acham alistados em S. Sepé; [...] Desse modo, parece que se tivessem realizado a eleição no dia designado, teria inevitavelmente surgido conflitos em quase todas as urnas eleitoraes [...] por quanto o art. 95

da lei eleitoral garante o voto de todo o cidadão que apresentar o seu título, embora não incluído na lista. Isso seria sem dúvida motivo para discussão e destes resultam sempre os tiros e as facadas. (IHGRGS, FONTOURA, 10 de julho de 1914)

Se, por um lado, o governo castilhistaborgista sustentou uma prática política que concentrava o poder de deliberação nas mãos do Executivo, esvaziando as funções dos poderes Legislativo e Judiciário, através de uma formação ideológica autoritária e hierárquica, além de unipartidária e unipessoal, contrário ao processo eleitoral, apesar de fazer uso de seu significado simbólico. Por outro lado, o mesmo governo via-se obrigado tanto a manter o processo eleitoral, a fim de manter sua legitimidade, quanto a associar-se aos sistemas políticos e de poder regionais e locais já estabelecidos e cristalizados, objetivando sustentar sua governabilidade.

A necessidade do estabelecimento de vínculos fortes com os coronéis locais fica evidente em diversas correspondências, como nos exemplos abaixo em que, primeiro, Isidoro Neves da Fontoura se reporta a Borges, após a solicitação do chefe político para sua permanência na vida pública e na direção política de Cachoeira do Sul; e segundo quando Estevão Brandão, de Bagé, se coloca ao dispor de Borges para, eventualmente, ocupar o cargo de Inspetor, mediante o pedido de exoneração do mesmo, caso assim o chefe o achasse adequado.

Mas atendendo ao vosso lauroso apelo, que tem me honrado, e as solicitações unânimes do nosso partido, nada mais tenho a dizer, senão repetir o que aqui manifestei aos nossos companheiros: se me não pertence mais, aqui estou, façam de mim o que entenderem. (IHGRGS, FONTOURA, 09 de fevereiro de 1912)

Meu caríssimo chefe caso confiema-se a exoneração do Sr.Dr. Inspector, posso-vos fazer por este vosso umilde e fiel soldado, junto a meu novo chefe, aquilo que entenderder que mereço, certo de que nunca vos envergonharei. (IHGRGS, BRANDAO, 04 de fevereiro de 1904)

Uma questão que se faz importante ressaltar, em decorrência do contexto de dependência das relações entre o governo estadual e os coronéis, para a manutenção da dominação do PRR é o alto custo que envolvia ser coronel “apadrinhado” pelo governo. Como aparece no trecho abaixo da carta enviada por Ramiro Oliveira, para Borges, justificando seu pedido de deixar a função de intendente.

Para o meu grande chefe e bom amigo, não posso e não devo occultar um facto de minha vida intima por cujo julgamento estou certo não lhe faltarão os grandes princípios de justiça.

Passo vida modestíssima e esses compromissos decorrem todos de excessos de despesas na vida política, servindo á quem me procura, de modo á não falhar nos grandes dias de necessidade, como é de notoriedade publica. Assim sendo, deponho o caso nas vossas mãos certo de que continuareis á ver em mim o companheiro e amigo de todos os tempos, que não procura remunerações, mas que ao deixar a função vitalícia deseja que o egrégio chefe julgue-o com justiça. (IHGRGS, OLIVEIRA, 03 de setembro de 1915)

Devido a esses altos custos, também se tornava importante a vitória nos pleitos, já que tal fato daria ao coronel, além de mais prestígio junto a Borges de Medeiros, acesso fácil à máquina pública, a fim de recuperar os dispêndios durante a campanha e o ato eleitoral em si.

O estabelecimento desta rede de compromissos possibilitou tanto a estabilidade e o continuísmo do PRR frente à direção política e governo do estado, quanto possibilitou e justificou o fenômeno coronelista dentro do período castilhistaborgista do Rio Grande do Sul. E apesar da descrença no rito eleitoral, o mesmo significava um importante instrumento de medida e avaliação da trama estabelecida entre os poderes estaduais e os poderes coronelistas locais.

Até agora fugi de tomar essa iniciativa por encontrar da vossa parte certa desconfiança no Paulo, mas agora não teremos outra mais senão este. É preciso que o Dr. Nelson peça dispensa de encarregado da Colonia e que seja nomeado o Paulo e que este seja prestigiado, assumindo a supremacia na Colonia.

De outra forma nada se conseguirá de definitivo na politica do 6 districto, que é constituído de um elemento versátil e que não tendo um homem que se imponha não se pode contar com elle. (IHGRGS, FONTOURA, 04 de fevereiro de 1906)

Da mesma forma que havia a preocupação da manutenção de cargos influentes nas mãos daqueles que trabalhavam junto com o PRR, como mostra o trecho da carta acima, havia também a preocupação da constante presença federalista na região da campanha, representando uma ameaça ao bom funcionamento da rede de compromissos estabelecida e à própria comunicação de Bagé, importante cidade fronteiriça, tanto com a capital, quanto com Borges, como aparece no trecho abaixo da carta do Intendente Municipal José Octavio Gonçalves.

Trasci relações com o chefe telegraphista J. Thomas Barros, distinto companheiro, mas, que, infelizmente está no meio de alguns maragatos. Por isso que não se pode ter confiança no telegrapho, seria muito necessário, como bem lembrou-me o Ramos, que mandasseis uma chave telegraphica, pois somente assim poderei com rapides e segurança vos informar do que for occorrendo aqui. (IHGRGS, GONÇALVES, 26 de março de 1899)

Conforme bem ilustra João Paulo Prestes, em carta a Borges de Medeiros, sobre a eleição de 1916 em Canguçu, os constantes prélios demonstravam a medida do alcance, da força e da abrangência da rede de compromissos dos coronéis responsáveis por inserir a política castilhistaborgista em sua área de atuação, medindo sua influência. Levando, ou não, às urnas considerável número de eleitores, o coronel mostrava a abrangência de sua influência, de sua capacidade de mobilização, manipulação, cooptação e coerção (AXT, 2011, p. 142).

N'essa fraudulenta eleição, realizada sobre um atropello descomunal, concorreram mais de 500 eleitores, entre os quaes muitos menores, analphabetos e residentes nos municípios visinhos, enxertados, a ultima hora, no registro eleitoral do estado. Para corroborar esta minha afirmativa, basta assignalar que de 2.500 eleitores inscriptos no registro eleitoral até 25 de junho ultimo, inclusive mais de 100 mortos e ausentes desde longos annos, esse numero, até 20 de julho, menos de um mez, foi elevado a cerca de 3.400! (IHGRGS, PRESTES, 02 de agosto de 1916)

Se por um lado a habilidade para fraudar e manipular o processo eleitoral indicava o poder de coerção do coronel diante de sua região de influência, por outro esse mesmo resultado servia como propaganda para o PRR consolidar seu domínio hegemônico da máquina pública. Como mostra o trecho d'A *Federação* abaixo, que exalta mais uma eleição de Borges de Medeiros à Presidência Estadual.

O eleitorado rio-grandense, numa quasi unanimidade, reelegendo o seu eminente presidente se por um lado dá uma prova de reconhecimento de justiça ao maximo expoente dos seus estadoanos, presta tambem uma homenagem ao Brasil e a Republica, personificados nesse cidadão que mais alto que ninguem tem procurado elevar o bom nome do nosso caro paiz, depois de Floriano Peixoto, João Pinheiro, Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado. (A FEDERAÇÃO, 10 de Janeiro de 1918)

O resultado do pleito apresentado na carta de João Paulo Prestes foi de “1.295 votos para o candidato do coronel” local, contra “840 votos para o candidato da divergência” (IHGRGS, PRESTES, 02 de agosto de 1916). Sendo que um dos fatores que concorreram para vitória da facção conduzida pelo Cel. Genes Bento foram os capangas empregados por ele no dia das eleições.

A coerção em relação ao voto, exercida pelos coronéis e seus mandatários, ocorria tanto às vésperas do pleito, quanto no momento exato de sua realização. Intimidações, repressões, violências, abusos e agressões delineavam-se como práticas comuns. Segundo João Paulo Borges, republicano de Canguçu, os cabos eleitorais do Cel. Genes Bento eram compostos pelos “[...] negro Izidoro Cavalheiro, assassino e ladrão da pior espécie [...] Abrigildo Motta [...], grande assassino e ladrão, é um dos cabos eleitoraes que maior serviço prestou ao Cel. Genes no recente pleito [...]” (IHGRGS, PRESTES, 02 de agosto de 1916).

Fazendo uso de intimidações e violência, correligionários, cabos eleitorais, fiscais e capangas, não que houvesse significativa diferença entre estes além da própria semântica, conduziam ou afastavam eleitores das urnas, coagiam e espantavam fiscais opositoristas, ou mesmo fechavam mesas medindo e demonstrando o prestígio e a força das diversas facções coronelistas que habitam no seio da política local, influenciando diretamente no prestígio despendido a ela pelo poder central.

Atendendo às demandas locais: a pressão da dissidência

Diante do estabelecimento de uma trama tão vasta de compromissos pelo estado inteiro, ficou difícil ao PRR no governo dar conta de suprir todas as demandas, e a inobservância dos anseios e da rede de compromissos estabelecida entre os poderes locais e os eleitores acabou por levar, inevitavelmente, à dissidências dentro do partido e ao estabelecimento de ligações entre tais dissidentes com às desavenças do PRR, especialmente em relação ao Partido Liberal.

O eleitor, no processo republicano rio-grandense, não dispndia seu voto como manifestação de apoio ou adesão a um determinado projeto político, ou partido cujo programa representava seus anseios. O ato do sufrágio continha a afirmação e a reafirmação do apoio, da adesão, do pertencimento e do prestígio de um eleitor a um coronel e a rede de compromissos estabelecida entre estes atores sociais.

E no tocante às disputas de poderes entre as facções coronelistas, os momentos correspondentes às vésperas, e ao próprio andamento da disputa, delineavam-se de forma crucial para o estabelecimento da hierarquia política local. Pois era neste tempo que se manifestavam ações importantes, tanto de demonstração do prestígio e do poder de uma facção, quando da solidificação e consagração da posição dos coronéis e seus cortejos políticos e sociais.

Dessa forma o rito eleitoral, mesmo quando relativo a desígnios distantes, como autoridades federais, significava para o eleitor distrital a possibilidade de prestigiar, ou recriminar, também o coronel local, pois este se tornaria fortalecido, ou enfraquecido, dependendo do resultado concebido pelo sufrágio (AXT, 2001, 209-212). Ao contrário dos grandes centros urbanos, em que os debates políticos alcançavam muitos eleitores, as discussões sobre projetos políticos a nível estadual e federal raramente chegavam aos eleitores dos distritos interioranos. Cabendo a tais a preocupação com o que lhes atingia diretamente.

Fato curioso era o que por vezes, e não tão raras assim, ocorria com os municípios menores em tamanho, mas maiores em população, principalmente das áreas de colonização pós século XIX, em que

Aqui como lá e em toda o estado o filho do colono allemão aspira boas estradas e nada mais, o que justamente quase todas as administrações Municipaes tem descuidado, retardando assim o desenvolvimento agrícola do estado e procurando fazer crer que a obrigação de compor todas as estradas é exclusivamente do Governo do Estado, prejudicando assim com estas insinuações até o Partido Republicano como a fez a passada Administração Isidoro Neves nas colônias deste município. (IHGRGS, MOLLER FILHO, 26 de outubro de 1914)

Comprovando que a preocupação nos redutos “menos políticos” era com o que atingia direta e simplesmente a população. Por concentrarem um considerável número de votos, tais eleitores exerciam pressão política utilizando do próprio voto como “arma” para responder ao desprestígio designado, por vezes, pelo coronel local. Tal pressão ficava notória quando os eleitores agiam através de fortes abstenções ou até votando em candidatos federalistas em épocas de campanhas estaduais e federais.

Um claro exemplo para ilustrar o contexto citado aparece no município de Cachoeira do Sul, durante a eleição de 1906. Após o sub-intendente do 6º distrito, Dionysio, realizar a prisão de colonos do distrito, o resultado da eleição delineou-se com 89 votos para os

republicanos e 80 para os federalistas. Diversos imigrantes abstiveram-se do pleito em forma de protesto, enfraquecendo para uma margem de 246 votos uma eleição onde eram esperados entre 500 a 600 votos de diferença.

Já que o poder estadual exercia forte controle por meio dos coronéis, os eleitores por vezes faziam uso da contrapartida dessa influência, exigindo dos coronéis respostas a questões que pertenciam à alçada estadual e federal. Como os criadores de gado do município de Canguçu que, em 1915, encaminharam um abaixo-assinado ao coronel Genes Gentil Bento, responsável por tal distrito, solicitando sua intervenção juntos ao governo Borges a fim de que fossem reduzidos os impostos sobre o gado criado no município (IHGRGS, BENTO, 23 de abril de 1915).

Axt aponta que o ato de votar carregava o significado de reafirmar seu pertencimento a facção de um determinado coronel e a sua inserção em sua rede de compromissos coronelísticos, permitindo o acesso a vantagens pessoais. Por conseguinte votar significava prestigiar ou criticar o chefe distrital e o coronel local, pois eram eles que saíam fortalecidos, ou não, do processo eleitoral, já que eram eles também que teriam de prestar contas ao governo estadual, tanto de seu sucesso, quanto do seu fracasso (AXT, 2001, p. 207-208).

O jogo político de sustentação estabelecido entre o chefe estadual e as facções coronelistas originava sucessivas agitações entre os atores que compunham o cenário político do período. A dicotomia Borges de Medeiros e coronéis correligionários operava-se de modo bastante complexo, permitindo a compreensão de que em momento algum o PRR foi, ou chegou próximo de ser, um partido coeso, disciplinado e inteiramente hierarquizado. Pelo contrário, para sua manutenção e a manutenção de seus nomes no poder, ele demandava uma energia constante na administração das esferas e arestas que permitiam tal posição de comando.

E então se entrava em uma delicada situação: se, por um lado, Medeiros não poderia fortalecer muito o poder local, a ponto de perder o controle sobre ele, por outro não poderia enfraquecê-lo demais, pois corria então o risco de o tornar ineficaz perante os eleitores na lógica coercitiva. O controle e a autonomia dos poderes locais também se tornavam uma das peças nesse jogo de dominação e consolidação.

Considerações finais

Na perspectiva da Primeira República no Rio Grande do Sul, é possível compreender que o voto compunha um bem, uma propriedade tanto dos eleitores, que o tinham e podiam utilizar como moeda de troca, quanto dos coronéis e do próprio governo estadual, que ter a posse de tal produto representava a permanência no poder.

O controle sobre o voto de seus conterrâneos representava prestígio para o coronel. Já a perda de tal domínio para outro coronel, independente se do mesmo partido ou da oposição, era sua ruína como peça chave da articulação política castilhistaborgista.

Destaca-se também que os votos, os rito eleitorais e o próprio resultado desta equação, trajavam um regime com traços de centralização, autoritarismo e continuísmo com roupas de um regime republicano em perfeita harmonia com os preceitos do regime democrático, da legalidade institucional, liberdade de voto e representatividade popular, fortalecendo também a posição política do Rio Grande do Sul frente aos demais estados brasileiros no cenário político federal.

Esta comunhão de fatores justificavam a prática de fraudes, coerções ou cooptações das mais variadas formas e espécies. Munidos do conhecimento do valor e da importância do voto, do pleito e do resultado deste, compreendemos o porquê da existência do coronel agindo junto ao processo eleitoral, assim como as questões que forçaram Borges de Medeiros a compor seu governo junto aos poderes locais, estabelecendo a dinâmica política do Rio Grande do Sul durante a República Velha.

Fontes (Cartas)

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Arquivo Borges de Medeiros. GONÇALVES, José Octávio. Carta. Bagé, RS, 26 de março de 1899. 03 folhas. Documento 00203.

_____. Arquivo Borges de Medeiros. MACHADO, Ângelo Pinheiro. Carta. São Paulo, SP, 28 de janeiro de 1900. 03 folhas. Documento 11975.

_____. Arquivo Borges de Medeiros. BRANDAO, Estevão. Carta. Bagé, RS, 4/2/1904. 04 folhas. Documento 00209.

_____. Arquivo Borges de Medeiros. FONTOURA, Isidoro Neves da. Carta. Cachoeira do Sul, RS, 04 de fevereiro de 1906. 03 folhas. Documento 00715.

_____. Arquivo Borges de Medeiros. FONTOURA, Isidoro Neves da. Carta. Cachoeira do Sul, RS, 09 de fevereiro de 1912. 03 folhas. Documento 00818.

_____. Arquivo Borges de Medeiros. FONTOURA, Isidoro Neves da. Carta. Cachoeira do Sul, RS, 10 de julho de 1914. 03 folhas. Documento 00926.

_____. Arquivo Borges de Medeiros. MOLLER FILHO, Henrique. Carta. Cachoeira do Sul, RS, 26 de outubro de 1914. 06 folhas. Documento 00941.

_____. Arquivo Borges de Medeiros. BENTO, Genes Gentil. Carta. Canguçu, RS, 23 de abril de 1915. 17 folhas. Documento 01231.

_____. Arquivo Borges de Medeiros. OLIVEIRA, Ramiro de. Carta. Santa Maria, RS, 03 de setembro de 1915. 03 folhas. Documento 08030.

_____, Arquivo Borges de Medeiros. PRESTES, João Paulo. Carta. Canguçu, RS, 02 de agosto de 1916. 12 folhas. Documento 01234.

_____. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Abílio Alvaro. Carta. Campinas, SP, 23 de dezembro de 1918. 11 folhas. Documento 11961.

Fontes (Jornal)

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre: n. 121, Anno I, 27 de maio de 1884. Arquivo 00121. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 05 jun. 2015.

_____, Porto Alegre, 22 de novembro de 1907. Ano 1907 - Arquivo 00272. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 01/04/2015.

_____, Porto Alegre, 23 de novembro de 1907. Ano 1907 - Arquivo 00273. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 01/04/2015.

_____, Porto Alegre, 1 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00014. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 01/04/2015.

_____, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00009. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 01/04/2015.

_____, Porto Alegre, 25 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00022. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 01/04/2015.

_____, Porto Alegre, 08 de Fevereiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00034. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 01/04/2015.

_____, Porto Alegre, 10 de Janeiro de 1918. Ano 1918 - Arquivo 00009. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 01/04/2015.

REFERÊNCIAS

AXT, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista. *Justiça & História*, Porto Alegre: Memorial do Judiciário; Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do RS, p. 175-216, 2001.

AXT, Gunter. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Porto Alegre: Paiol, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). *Dicionário de Política*. 1 vol., 9^oed. Brasília: UNB, 1995.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.3. t.1

BRASIL. *Constituições Sul-Riograndenses*. (1843-1947). Edição comemorativa do 16º aniversário da promulgação da Constituição do Estado. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893*. Porto Alegre: S/ed, 1919.

ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: S/Ed, 1922.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. Porto Alegre: Globo, 1976.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua Época*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mandarim, 1998.

PEZAT, Paulo. Leituras e interpretações de August Comte. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.3. t.2.